

Os impactos sociais e ambientais dos investimentos em dendê no Pará

21 de Outubro de 2013

Organização

Rosa Acevedo Marin (NAEA/UNAMAZ) e Maria Backhouse (FU Berlin)

Imagens: PNCSA, 2011; Google Earth, 2012
Art. Final: E. de C. Costa, 2012



Belém – Pará

Questões jurídicas

Girolamo Domenico Treccani

Mestre em Direito Agrário (ICJ-UFPA)
**Doutor em Desenvolvimento Sustentável
do Trópico Úmido (NAEA-UFPA)**
Professor de Direito Agroambiental
**Graduação e Coordenador do PPGD
(ICJ/UFPA)**



Situação Fundiária do Pará

Para que o estado do Pará possa superar o **atual caos fundiário**, primeiramente deverá definir a dominialidade das áreas.

Quantas terras foram incorporadas no patrimônio público federal e estadual?

Quantas foram destinadas?

Origem do caos fundiário

Legislação confusa – inúmeros tipos de documentos

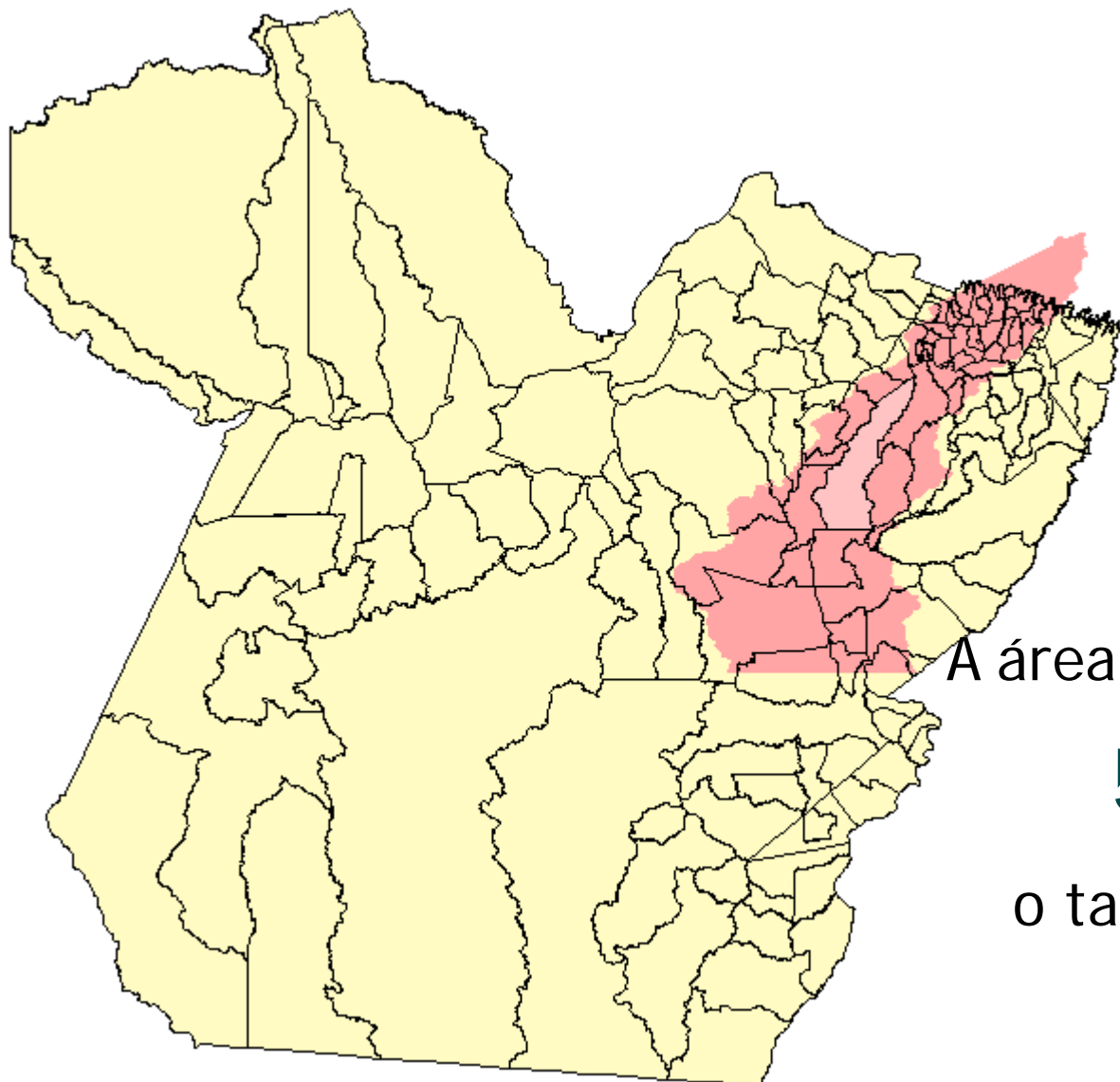
Carta de Sesmaria (confirmada ou não), Registro Paroquial ou Registro do Vigário, Registro Torrens, Título de Posse, Título de Legitimação, Título de Propriedade, Título Provisório, Título Definitivo, Título de Arrendamento, Título de Aforamento, Título de Ocupação, Título de Ocupação Colonial, Título Colonial, Título de Ocupação de Terras Devolutas, Licença de Ocupação, Autorização de Detenção, Doação pelo Poder Público com condições resolutivas, Contrato de Alienação de Terras Públicas, Bilhete de Localização, Título Precário de Doação Onerosa, Carta de Anuência, Autorização de Detenção de Bem Público, Certificado de Habilitação a Regularização Fundiária, Certificado de Ocupação de Terra Pública, Contrato de Concessão de Uso e Contratos de Concessão de Direito Real de Uso são só alguns dos documentos emitidos pelo poder público ao longo do tempo.

Caos fundiário

O governo federal, e os governos estaduais, não sabem, de maneira sistematizada, quais e quantos tipos de títulos emitiram, para quem, onde, qual o tamanho.

Município de Mojú

Fonte: Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem
(Portaria nº 0271/2007-GP/TJE-PA). Dados elaborados por Girolamo D. Treccani a partir de informações dos CRIs.
Mapa elaborado por Cristina Salim.



Área = 909.385ha

Nº de Bloqueios
= 360 Áreas

Área Total Bloqueada =
4.679.977,5648 ha

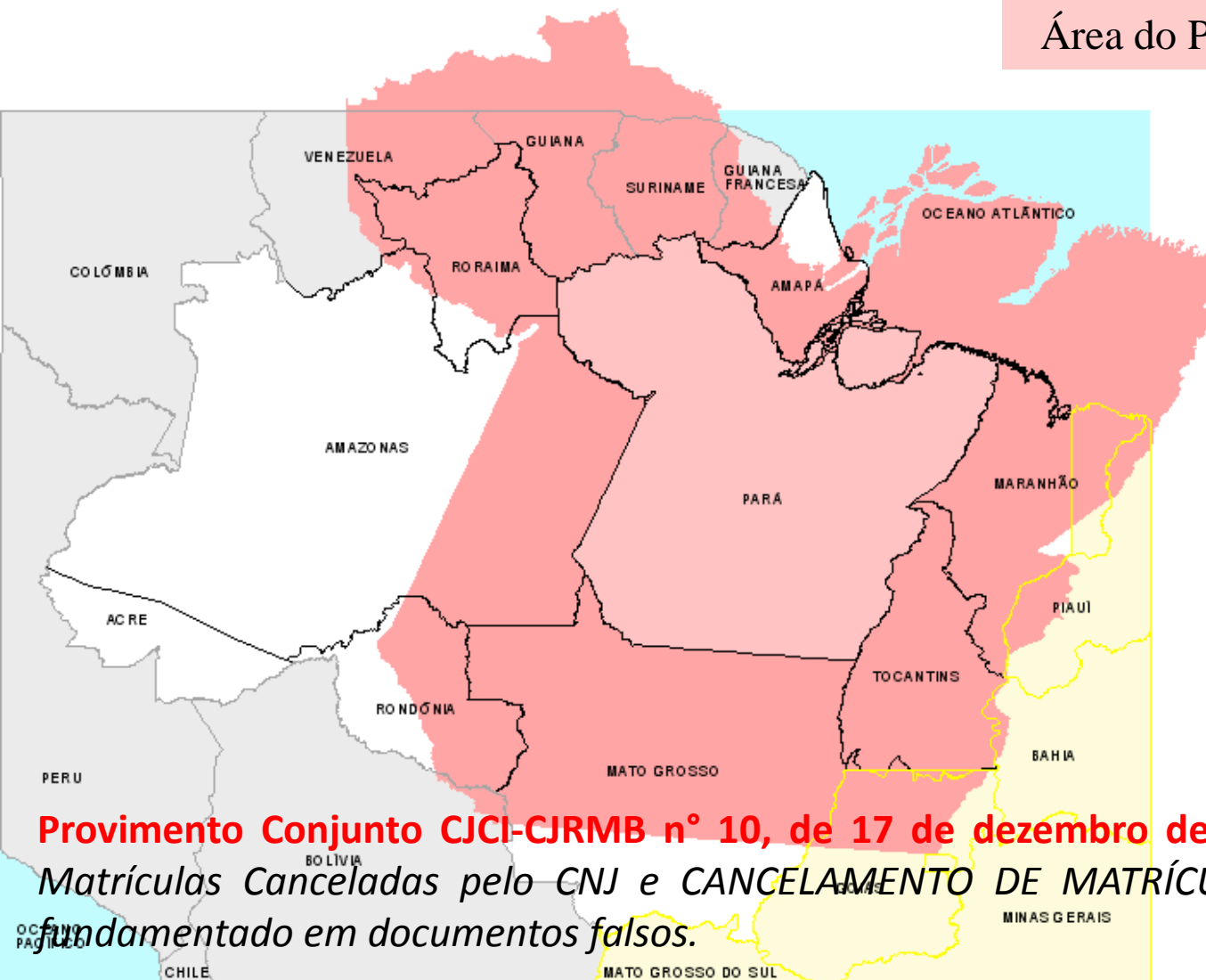
A área bloqueada equivale a

5,14 vezes

o tamanho do município

Estado do Pará

Fonte: Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (Portaria nº 0271/2007-GP/TJE-PA). Dados elaborados por Girolamo D. Treccani a partir de informações dos CRIs. Mapa elaborado por Cristina Salim.



Área do Pará: 124.768.951,50 ha

Nº de Áreas
Bloqueadas no PA:
9.268 matrículas

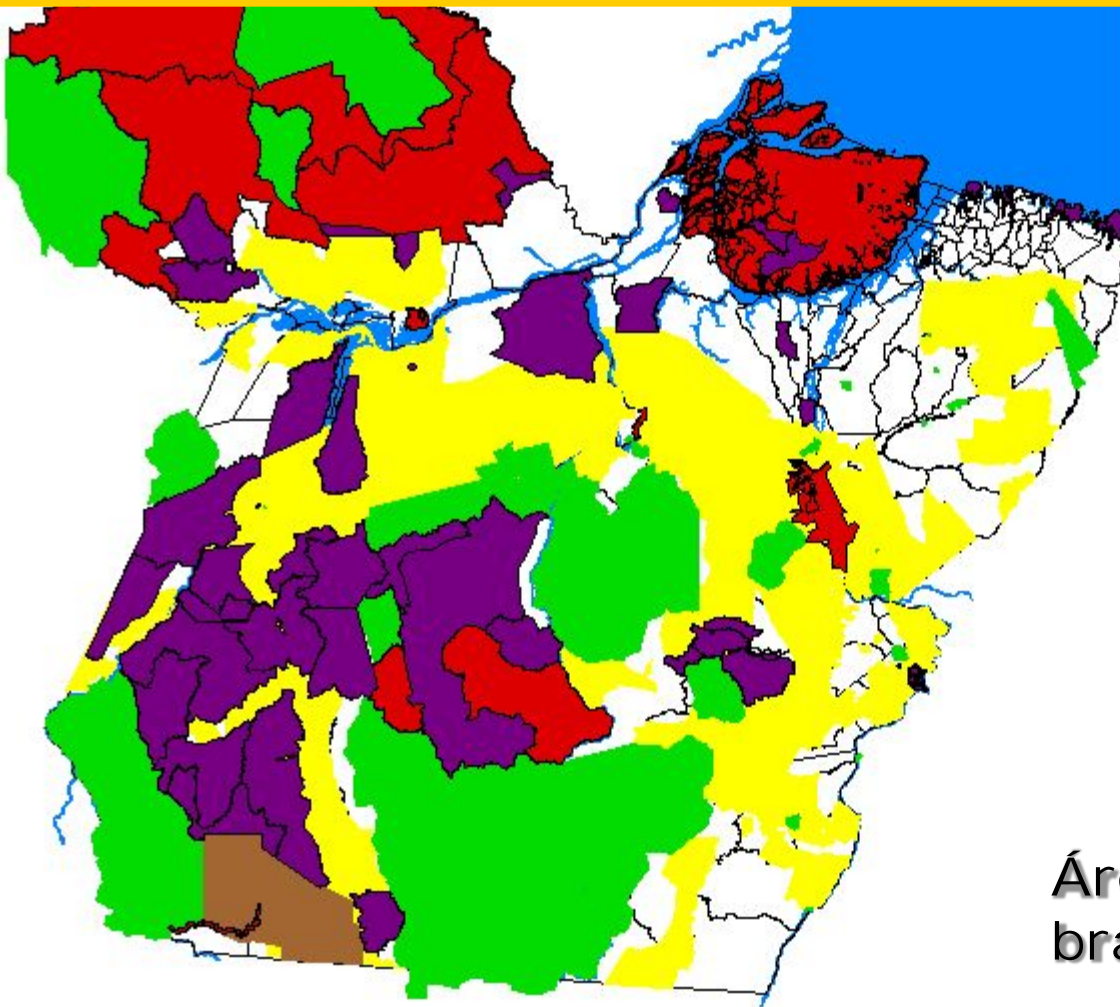
Área Bloqueada
no PA:
486.979.477,39

3,9x_o
Estado do
Pará!

Provimento Conjunto CJCI-CJRM B nº 10, de 17 de dezembro de 2012: *Requalificação das Matrículas Canceladas pelo CNJ e CANCELAMENTO DE MATRÍCULAS DE IMÓVEIS RURAIS fundamentado em documentos falsos.*

Mapa fundiário do estado do Pará

51,26% (63.916.291ha) das terras do Pará são destinadas
a Unidades de Conservação e Áreas Indígenas



Áreas de
conservação
federais – 16%

Áreas de
conservação
estaduais – 18%

Áreas militares
federais – 1,7%

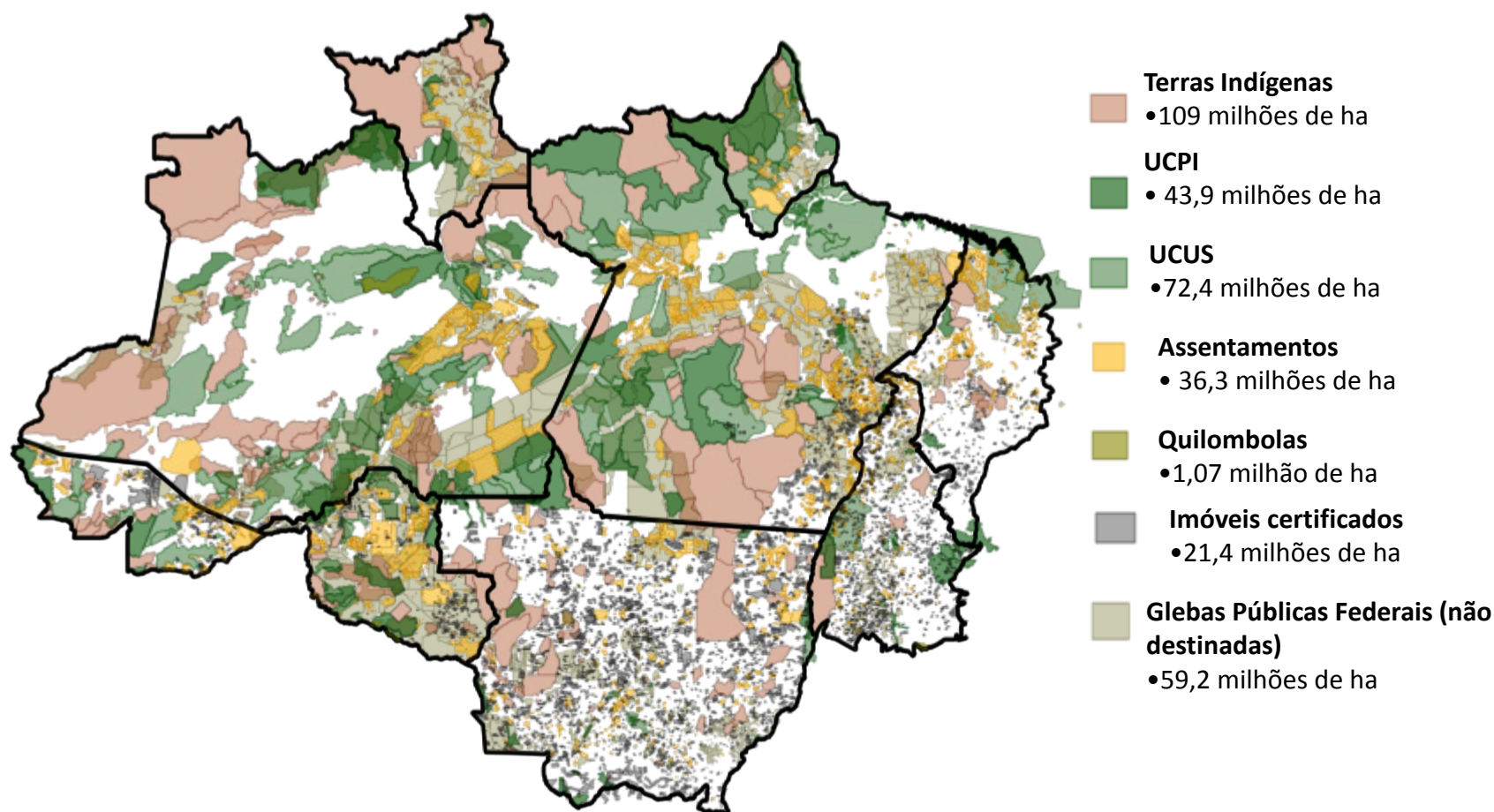
Áreas indígenas –
24%

Áreas do INCRA – 25%

Áreas do ITERPA (em
branco) – 15,3%

144 municípios – 124 milhões de hectares

Estrutura Fundiária da Amazônia Legal



Órgãos federais e estaduais que detém terras no Pará:

Estaduais: ITERPA, SEMA, IDEFLOR.

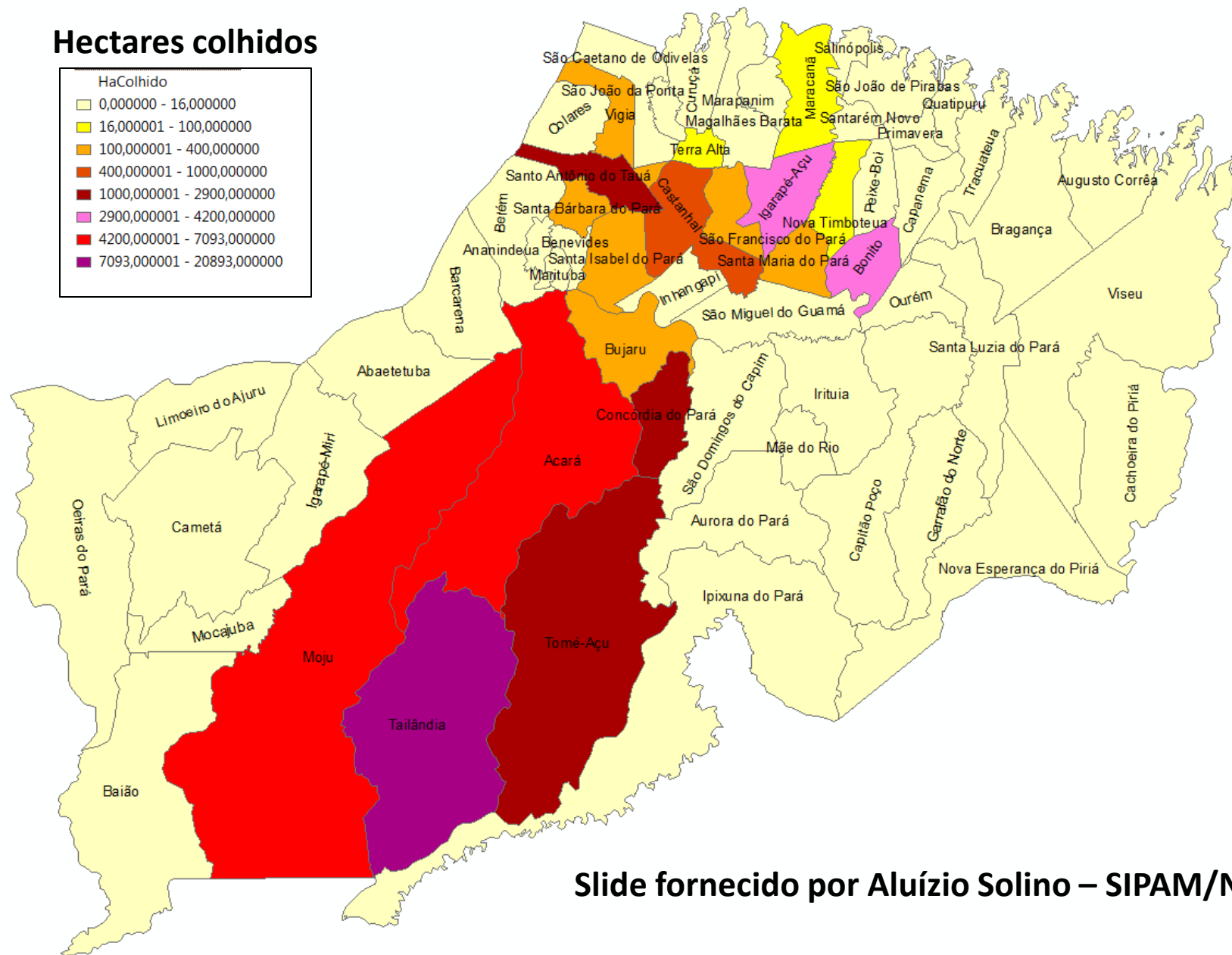
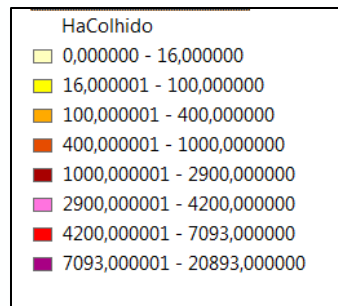
Federais: INCRA, TERRA LEGAL, FUNAI, SPU, ICMBio, SFB.

Sistemas de Controle: CRI, TJE-PA, CNJ

**Necessidade de integrar as bases destes órgãos
(trabalho iniciado pelo MPE e MPF)**

Área colhida (ha) de Dendê em 2011 no Estado do Pará

Hectares colhidos



Slide fornecido por Aluizio Solino – SIPAM/NAEA

Cadastro Ambiental Rural – CAR:

instrumento de regularização agro-ambiental

- **Decreto PA Estadual nº 739, de 29 de maio de 2013:**
Processo especial de regularização fundiária nos municípios que atendem as metas do Programa Municípios Verdes – PMV.
- *Institui um processo de regularização fundiária nos municípios onde tem CAR.*
 - a) Prioriza a regularização fundiária das terras ocupadas por comunidades quilombolas e tradicionais até de quem detém 100 ha.**
 - b) Trabalho em conjunto com as prefeituras e realização de audiências públicas.**
 - c) Varredura fundiária:** *trabalhar o conjunto do município e não lotes isoladas*

Cadastro Ambiental Rural

CAR-PA – Modelo:

Cadastro Ambiental Rural – CAR:

instrumento de regularização agro-ambiental

CAR - Provisório

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA/PA

Cadastro Ambiental Rural

CAR/PA Nº: 49 Título Nº: 134/2009

DADOS DO PROPRIETÁRIO:
Sócio: LUCIANO AUGUSTO XIMENES NORAT
CPF/CNPJ: 553.825.943-92
Formação: Médicos
Sócio: SAULO SISNANDO
CPF/CNPJ: 587.825.620-75
Formação: Advogado (direito do trabalho)

DADOS DA PROPRIEDADE:
Propriedade: SAULO SISNANDO-LOTE 50
Endereço: Rua Lira, IPIXUNA do Pará - PA CEP: Sem cap.
Coordenadas Geográficas: DATUM: SAD69 - W: 47-50-22,34 - S: 03-00-00,00
Matrícula: www

Área da Propriedade Rural Total: 5.000,0000 ha

Área de Preservação Permanente Total: 5.000,0000 ha

Área de Preservação Permanente a recompor: 30.000,0000 ha

DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:
Ator: Alice Moreira Braga
Sem Orgão de Classe: Sem registro
Número de ART: 444

LOCAL E DATA EXPEDIÇÃO: Salinópolis - PA, 15 de setembro de 2009

IMPORTANTE

- A Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA não se responsabiliza por eventual uso indevido do presente CAR/PA, advindo de dolo ou má fé;
- Todas as informações técnicas prestadas, especialmente as pessoais e dominiais, bem como as informações prestadas pelo(a) proprietário(a) do imóvel são de sua inteira responsabilidade, respondendo legalmente pelas mesmas de acordo com art.299 do código penal (Decreto Lei 2848 de 07 de dezembro de 1940);
- Da mesma forma, todas as informações técnicas prestadas pelo(a) engenheiro(a) responsável, no Projeto Digital, são de sua inteira responsabilidade, respondendo legalmente pelas mesmas de acordo com art.299 do código penal (Decreto Lei 2848 de 07 de dezembro de 1940);
- Este CAR/PA poderá ter a sua validade e direito de execução, suspensas ou canceladas, a qualquer tempo, por motivo de irregularidades constatadas, ou em virtude da Lei;
- Este CAR/PA não contém emendas ou rasuras;
- Cópia autenticada deste CAR/PA deve ser mantida na propriedade para efeito de fiscalização;
- Este documento pode ser consultado no site do SIMLAM Público/PA no endereço www.sema.pa.gov.br;
- Independente da análise técnica da SEMA o proprietário é obrigado a apresentar o projeto de recomposição da reserva legal e/ou Área de Preservação Permanente, no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da publicação dos critérios de recomposição pela SEMA, de acordo com o Art. 9º e 10º da Instrução Normativa nº29 de 12 de Agosto de 2009.

ATENÇÃO

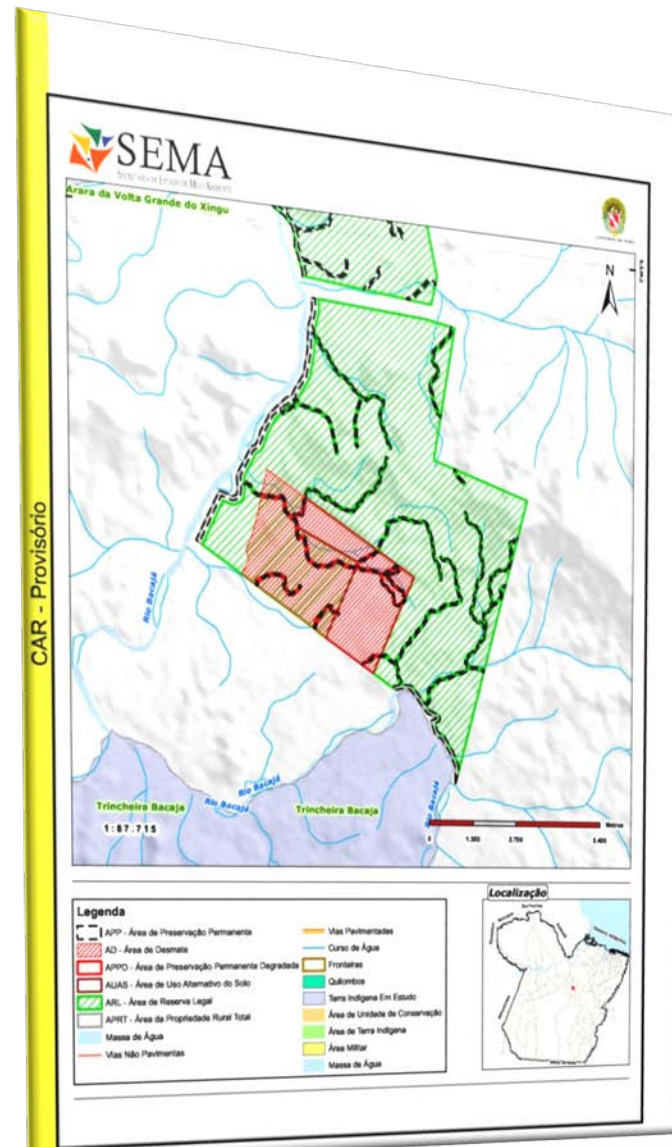
Art. 4º O CAR-PA não autoriza qualquer atividade econômica no imóvel rural, exploração florestal, supressão de vegetação, nem se constitui em prova da posse ou propriedade para fins de regularização fundiária.

0118021901050

Travessa Lomas Valentinas, 2717 - Marco, Belém - PA, CEP: 66.095-770
CENTRAL DE ATENDIMENTO: (91) 3184-3367 / 3184-3330 / 3184-3322 - FAX: (91) 3184-3375 - www.sema.pa.gov.br

SEMA

Frente

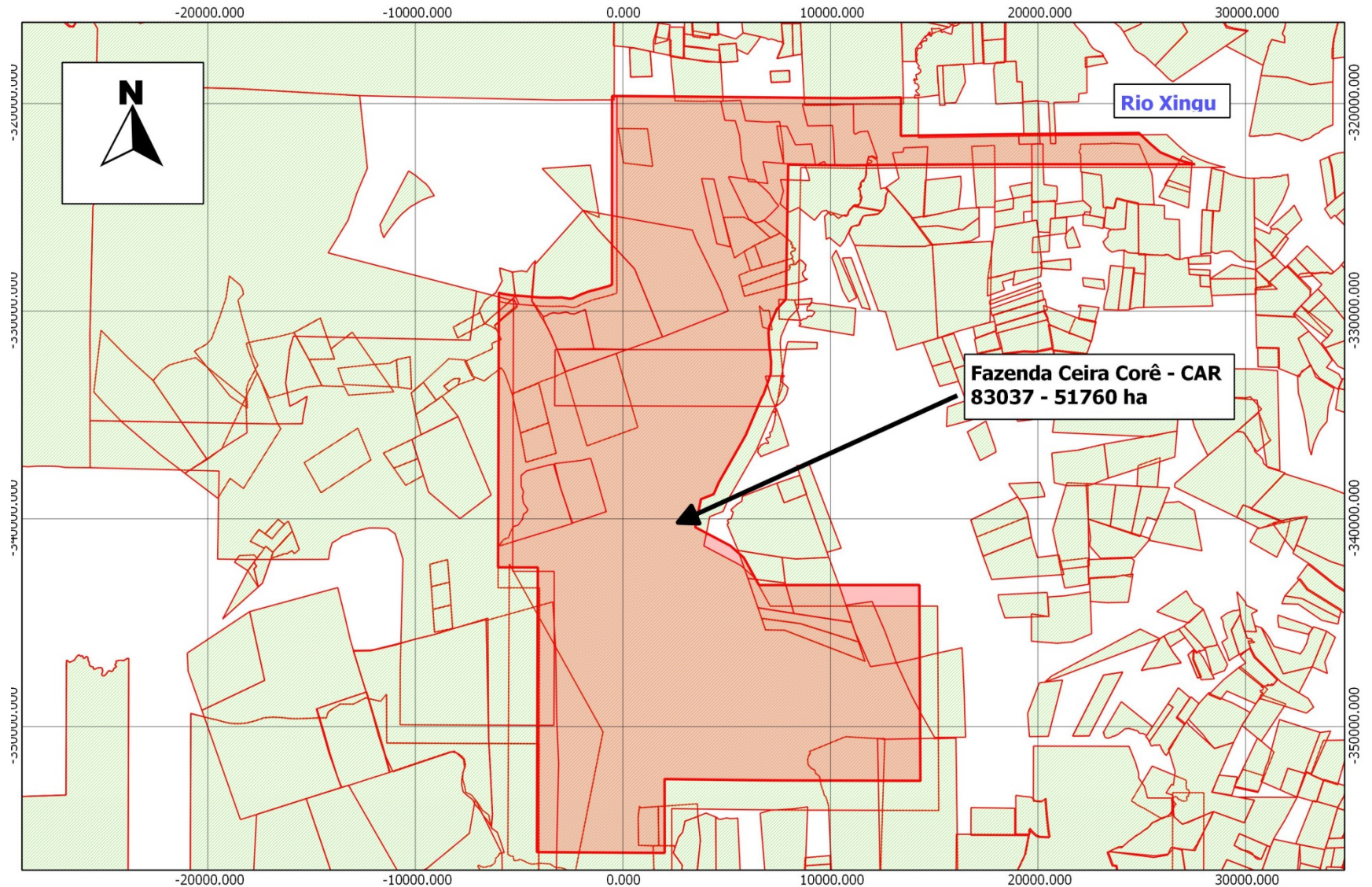


Verso

CAR – MT: 22.838 CAR – PA: 94.718 (2.049 Definitivos)

Problema: sobreposição de CAR

Exemplo de sobreposição da Fazenda Ceira Corê com vários posseiros



Cadastro Ambiental Rural – CAR: instrumento de regularização agro-ambiental

Considerando a possibilidade de utilizar o CAR como instrumento auxiliar para a regularização fundiária é indispensável acelerar o CAR das populações tradicionais.

Exigir que o poder público federal e estadual juntem esforços para colocar na base do CAR as terras indígenas, quilombolas e das demais populações tradicionais já reconhecidas, tituladas ou cujo processo já tenha Relatório Publicado.

Caminhos para que todas as demais terras tradicionais sem processo sejam identificadas e entrem no CAR (Cartografia Social).

Situação fundiária da região

- Centenas de títulos emitidos em favor de **agricultores familiares** nas décadas de 80-90 (25-50 hectares).
- Criação de **Assentamentos por parte do INCRA**, sobretudo em favor de populações tradicionais/ribeirinhos (**desaceleração do processo de desapropriação**).
- Criação de **assentamentos estaduais entre 2007-2010** (**paralisação no atual governo**).
- **Desaceleração da titulação de quilombos na esfera estadual** (**2 títulos em dois anos**).
- **Excessiva burocratização** dos processos de titulação de **quilombos na esfera federal**.

Problemas a serem discutidos

- **Quem detém a propriedade** destas áreas?
- **Título “velho”** (muitos deles podres): transferidos agora e **“regularizados”** pelo ITERPA. Limites constitucionais?
- **Conflitos “velhos”** (assassinatos, queima de casas, etc.) e **“novos”** (compra).
- **Mercado de terra**: documentos válidos que saem das “gavetas” e são transferidos para empresas.
- **Grilagem de terras**: necessidade de conhecer a origem dos documentos registrados nos Cartórios de Registros de Imóveis.
- **Qual a realidade fundiária** numa região onde o governo federal e estadual pretendem implantar o **Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel** e o **Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo**?

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011

Utilizar a Lei de acesso às informações para saber:

1. Quantos títulos foram emitidos pelo poder público estadual e federal? (**ver base municipal e estadual**).
2. Quantos processos estão tramitando no Terra Legal/ITERPA? Em nome de quem? Qual tamanho?
3. Quem têm áreas registradas nos CRIs e quais transferências foram realizadas nos últimos anos?
4. Quantas DAP foram emitidas pela EMATER?
5. Quantos CAR foram declarados? Quantas LAR foram expedidas e qual a base fundiárias das mesmas?
6. Quantos contratos foram celebrados pelo Banco da Amazônia em favor de quem planta dendê?
7. Existe estudo de impacto ambiental relativo a entrada do dendê?
8. **É verdade que o ITERPA estaria facilitando a regularização fundiária de quem se compromete a plantar dendê?????**

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011

Utilizar a Lei de acesso às informações

Falta de resposta do ITERPA, SEMA, INCRA aos ofícios solicitando informações remetidos pelos STTRs e FASE: até quando a sociedade aceita que a lei seja descumprida?

Sem informações sobre áreas tituladas, registradas e processos em tramitação não se pode elaborar políticas públicas.

http://portal.mda.gov.br/portal/serfal/dados/aggregator-view?data_id=3292164

CPF do Requerente
Módulos Fiscais
Município
Origem do Registro
Data do Registro
Situação do Processo

CPF do Requerente	Módulos Fiscais	Estado	Município	Origem do Registro	Data do Registro	Situação do Processo
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

<< < 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 > >>

#	CPF do Requerente	Nome do Requerente	Localização do Imóvel	Área Declarada (hectares)	Módulos Fiscais	Estado	Município	Origem do Registro	Entidade Responsável pelo Cadastro	Data do Registro	Número do Processo	Situação do Processo
1	***41181***	JOAQUIM PEREIRA DE SOUZA	BR 230, TAI, KM 160, VICINAL NORTE ADENTRANDO 06 KM	132,0000	1,8857	PA	Medicilândia	Sisterleg Cadastro	INCRA - CNPJ: 00375972004239	2013-07-29	56427.000590/2013-47	Requerimento Realizado
2	***68731***	ALHAS SANTOS DA SILVA	BR 230 KM 250 TAI, TRAVESSÃO DA 57 SOLTEIRA, ADENTRANDO 25 KM	100,0000	1,3333	PA	Placas	Sisterleg Cadastro	INCRA - CNPJ: 00375972004239	2013-07-29	56427.000591/2013-91	Requerimento Realizado
3	***73844***	HELDO CORREA RAMALHO	BR 230 KM 130, VIC. NORTE ADENTRANDO 33 KM	840,0000	12,0000	PA	Medicilândia	Sisterleg Cadastro	INCRA - CNPJ: 00375972004239	2013-07-29	56427.000592/2013-36	Requerimento Realizado
4	***53910***	LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA	SEGUE EM DIREÇÃO AO MUNICÍPIO DE JACUNDÁ SENTIDO AGROVILA DO PITINGA SENTIDO VILA PROGRESSO VICINAL 05 SEGUE 12 KM ENTRA A ESQUERDA VICINAL 06 SEGUE	611,0000	11,1164	PA	Rondon Do Para	Sisterleg Cadastro	prefeitura municipal de itupiranga - CNPJ: 05077102000129	2013-07-29	56426.000145/2013-97	Requerimento Realizado

<http://www.iterpa.pa.gov.br/SiteIterpa/ProcessosConsulta.jsf>

www.iterpa.pa.gov.br/SiteIterpa/ProcessosConsulta.jsf

ITERPA INSTITUTO DE
TERRAS DO PARÁ



[Login](#)

[:Home:](#) [:Institucional:](#) [:Publicações:](#) [:Fale Conosco:](#)



Consulta de Processos

INSIRA O NÚMERO DO PROCESSO:

[Gerar Espelho do Processo](#)

[Legislação](#)

[Lista Legislação](#)

[Serviços](#)

[Consulta de Processos](#)

[Documentos Para
Regularização](#)

[Consulta de Licitações](#)

[Consulta Editais](#)

[Banco de Dados](#)

[Unidades de Conservação](#)

[Projetos de Assentamento](#)

[Territórios Quilombolas](#)

[Povos Indígenas](#)

[Sala de Imprensa](#)

[Consultar Notícias](#)

Aprimorar o controle social na questão agrária

- **Necessidade de digitalizar todo o acervo fundiário do estado e da União e dos Cartórios de Registros de Imóveis. Prazo para os CRIs 06/07/2014 (art. 37-39 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009).**
- **Imediata implantação do S-REI (Portaria CNJ nº46, de 22 de março de 2013, Institui Grupo de Trabalho para planejamento e execução das ações necessárias à modernização dos registros de imóveis na Amazônia Legal).**
- **Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (Portaria 271/2007 TJ-PA): contato com o CNJ para estabelecer um sistema único nacional que integre todos os CRI e possa ser utilizado pelos órgãos fundiários (já existe um sistema do INCRA, outro do Terra Legal, outro INCRA+ITERPA, outro do TJ-PA).**